

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.105.408	1.098.985
1.01	Ativo Circulante	107.512	97.661
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.340	27.149
1.01.02	Aplicações Financeiras	30.661	29.800
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	30.661	29.800
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliários	30.661	29.800
1.01.03	Contas a Receber	37.685	36.595
1.01.03.01	Clientes	37.685	36.595
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.071	134
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.071	134
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	1.071	134
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.454	1.639
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.301	2.344
1.01.08.03	Outros	2.301	2.344
1.01.08.03.01	Empresas Relacionadas	0	260
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.301	2.084
1.02	Ativo Não Circulante	997.896	1.001.324
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.575	15.144
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.605	12.096
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.605	12.096
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	80	7
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	7
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.890	3.041
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.890	3.041
1.02.03	Imobilizado	30.158	30.350
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.158	30.350
1.02.04	Intangível	954.163	955.830
1.02.04.01	Intangíveis	954.163	955.830

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.105.408	1.098.985
2.01	Passivo Circulante	204.356	197.218
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.789	3.545
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.789	3.545
2.01.02	Fornecedores	11.019	14.025
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.019	14.025
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.310	7.396
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.310	7.396
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	6.147	7.210
2.01.03.01.03	Programa de Parcelamento Especial - Paes	163	186
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	119.087	120.140
2.01.04.02	Debêntures	118.191	119.285
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	896	855
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	896	855
2.01.05	Outras Obrigações	33.863	27.427
2.01.05.02	Outros	33.863	27.427
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.529	0
2.01.05.02.04	Empresas Relacionadas	6.036	3.983
2.01.05.02.05	Credor pela Concessão	13.919	14.603
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	9.379	8.841
2.01.06	Provisões	30.288	24.685
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.288	24.685
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	9.128	8.570
2.01.06.01.06	Provisão para Manutenção	17.285	12.418
2.01.06.01.07	Provisão para Construção de Obras Futuras	3.875	3.697
2.02	Passivo Não Circulante	404.654	453.894
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	275.068	323.271
2.02.01.02	Debêntures	274.446	322.211
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	622	1.060
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	622	1.060
2.02.02	Outras Obrigações	62.263	63.995
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	126	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	126	0
2.02.02.02	Outros	62.137	63.995
2.02.02.02.03	Credor pela Concessão	57.965	59.432
2.02.02.02.04	Programa de Parcelamento Especial - Paes	631	753
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	3.541	3.810
2.02.03	Tributos Diferidos	3.939	4.487
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.939	4.487
2.02.04	Provisões	63.384	62.141
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.384	62.141
2.02.04.01.05	Provisão para Manutenção	43.118	43.402
2.02.04.01.06	Provisão para Construção de Obras Futuras	2.022	1.929
2.02.04.01.07	Provisão para perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	18.244	16.810
2.03	Patrimônio Líquido	496.398	447.873
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.04	Reservas de Lucros	95.326	145.326
2.03.04.01	Reserva Legal	53.670	53.670
2.03.04.10	Reserva de Dividendos	41.656	91.656
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	98.525	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	175.597	355.812	156.050	314.905
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-75.554	-139.488	-53.867	-102.582
3.03	Resultado Bruto	100.043	216.324	102.183	212.323
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.736	-22.257	-11.018	-21.482
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.735	-22.256	-11.058	-21.470
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	52	0
3.04.04.01	Outras Receitas, Liquidas	0	0	52	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-1	-12	-12
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	89.307	194.067	91.165	190.841
3.06	Resultado Financeiro	-11.631	-34.310	-26.949	-53.703
3.06.01	Receitas Financeiras	3.684	6.119	1.582	3.022
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.315	-40.429	-28.531	-56.725
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	77.676	159.757	64.216	137.138
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.772	-50.634	-20.665	-43.799
3.08.01	Corrente	-22.717	-48.690	-17.861	-38.363
3.08.02	Diferido	-55	-1.944	-2.804	-5.436
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.904	109.123	43.551	93.339
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.904	109.123	43.551	93.339
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,21000	0,42000	0,16594	0,35564

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	147.592	134.203
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	220.428	228.500
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	159.757	137.138
6.01.01.02	Depreciação e amortização	30.530	28.017
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	474	187
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários	-213	-1.491
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	30.577	44.646
6.01.01.06	Variação monetária sobre direito de outorga	5.601	6.833
6.01.01.07	Constituição/atualização monetária de provisão para contingências e dep. judiciais	2.227	9.400
6.01.01.08	Baixa de provisão para manutenção e construção de obras	-10.802	0
6.01.01.09	Atualização monetária de provisão para manutenção	2.277	3.770
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-72.836	-94.297
6.01.02.01	Clientes	-1.090	1.546
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-937	-528
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.815	409
6.01.02.04	Outros créditos e depósitos judiciais	-1.066	-415
6.01.02.05	Fornecedores	-3.006	-4.886
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.063	-1.641
6.01.02.07	Obrigações sociais	244	14
6.01.02.08	Empresas relacionadas	2.366	479
6.01.02.09	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-793	-870
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1	21
6.01.02.12	Juros pagos	-31.191	-30.768
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-48.132	-41.914
6.01.02.14	Provisões para manutenção	13.379	-13.893
6.01.02.15	Outras contas a pagar	269	-1.851
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.145	-14.890
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-29.145	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-113.256	-65.367
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-648	10.245
6.03.02	Captação de empréstimos de terceiros	126	675
6.03.03	Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	-48.768	-48.698
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-56.069	-21.296
6.03.05	Credor pela concessão	-7.752	-6.303
6.03.06	PAES	-145	10
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.191	53.946
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.149	12.708
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	32.340	66.654

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-50.000	-10.598	0	-60.598
5.04.06	Dividendos	0	0	-50.000	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.598	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.123	0	109.123
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.123	0	109.123
5.07	Saldos Finais	302.547	0	95.326	98.525	0	496.398

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	0	86.267	-35.613	0	353.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	0	86.267	-35.613	0	353.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-41.091	-8.632	0	-49.723
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.091	0	0	-41.091
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.632	0	-8.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	93.339	0	93.339
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	93.339	0	93.339
5.07	Saldos Finais	302.547	0	45.176	49.094	0	396.817

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	368.107	325.638
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	368.107	325.638
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-117.335	-82.203
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-101.650	-66.966
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.685	-15.225
7.02.04	Outros	0	-12
7.03	Valor Adicionado Bruto	250.772	243.435
7.04	Retenções	-30.530	-28.017
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30.530	-28.017
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	220.242	215.418
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.119	3.022
7.06.02	Receitas Financeiras	6.119	3.022
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	226.361	218.440
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	226.361	218.440
7.08.01	Pessoal	13.879	13.844
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.955	10.078
7.08.01.02	Benefícios	2.360	3.263
7.08.01.03	F.G.T.S.	564	503
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	62.930	54.532
7.08.02.01	Federais	62.720	43.799
7.08.02.03	Municipais	210	10.733
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.429	56.725
7.08.03.01	Juros	21.153	23.986
7.08.03.03	Outras	19.276	32.739
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	109.123	93.339
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.598	8.632
7.08.04.02	Dividendos	50.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.525	84.707

Comentário do Desempenho

Ecovias anuncia resultados do 1S11

Receita Líquida cresce 13,0% no 1S11

São Bernardo do Campo, 9 de agosto de 2011 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. apresenta seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2011 (2T11) e primeiro semestre de 2011 (1S11). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2010 (2T10) e primeiro semestre de 2010 (1S10).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 1S11 foi de R\$ 355.812 mil, crescimento de 13,0% em relação ao 1S10.
- O EBITDA de R\$ 224.598 mil no 1S11 demonstra um crescimento de 2,6% em relação ao 1S10, resultando em uma expressiva margem EBITDA de 63,1%.
- O lucro líquido foi de R\$ 109.124 mil no 1S11, aumento de 16,8% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Destaques (em milhares de – R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	13.507	12.484	8,2%	27.928	25.615	9,0%
Tarifa Média ¹	11,64	11,61	0,2%	11,67	11,60	0,6%
Receita líquida	175.597	156.050	12,5%	355.812	314.905	13,0%
Lucro líquido	54.905	43.551	25,9%	109.124	93.339	16,9%
EBITDA ²	104.712	105.127	-0,6%	224.598	218.833	2,6%
Margem EBITDA	59,6%	67,4%	-7,8 p.p	63,1%	69,5%	-6,4 p.p
Capex	18.007	9.830	83,2%	29.145	14.890	95,8%
Dívida Líquida	-	-	-	331.153	395.305	-16,23%

¹ em Reais

² EBITDA = Receita Líquida - Custos e Despesas + Depreciação & amortização

Comentário do Desempenho

PERFIL DA COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. A concessão administra 176,8 km, com movimento anual superior a 33 milhões de veículos pedagiados, em contrato firmado em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do país com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O Sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

Em dezembro de 2006, a Companhia assinou com o governo do Estado de São Paulo um termo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que resultou na prorrogação do prazo de exploração da concessão por mais cinco anos e dez meses.

A Ecovias dos Imigrantes faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.459,3 quilômetros de rodovias, por onde circulam mais de 70 milhões de veículos por ano através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul Rodovias do Sul (RS), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor a ter quatro de suas cinco concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 1S11 totalizou R\$ 368.106 mil, um crescimento de 13,0% em comparação aos 1S10.

O volume de tráfego, medido pelo conceito de veículos equivalentes pagantes, teve crescimento de 9,0% em relação ao 1S10 e de 8,2% em relação ao 2T10.

O tráfego de veículos de passeio registrou um crescimento de 13,7% no 1S11 quando comparado com o mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao aumento do turismo aliado às boas condições climáticas da região e aos feriados do período. Já o tráfego de veículos comercial apresentou um crescimento de 3,4% no 1S11 devido à retomada das importações e exportações de produtos através do Porto de Santos. As receitas acessórias e de prestação de serviços somaram R\$ 16.766 mil, um acréscimo de 8,2% sobre o mesmo período do ano anterior.

Volume de Tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Passeio	7.165	6.305	13,6%	15.909	13.995	13,7%
Comercial	6.341	6.178	2,6%	12.018	11.620	3,4%
Total	13.506	12.483	8,2%	27.927	25.615	9,0%

Nota:

Veículo equivalente é uma unidade básica de referencia em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Receitas de Pedágio	157.164	144.915	8,5%	325.836	297.017	9,7%
Receitas Acessórias	8.965	7.425	20,7%	16.766	15.487	8,3%
Receita de Construção ICPC-01	15.550	9.158	69,8%	25.504	13.134	94,2%
Total	181.679	161.498	12,5%	368.106	325.638	13,0%

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 1S11 apresentaram um acréscimo de 30,5% sobre o mesmo período do ano anterior, somando R\$ 161.743 mil.

As principais variações ocorridas foram:

- acréscimo nos custos com depreciação, em função de novos ativos imobilizado;
- acréscimo nos custos e despesas com serviços de terceiros, com relevância nos serviços de consultoria e assessoria de informática com a terceirização de serviços de manutenção eletro-eletrônica.

Em relação à receita líquida, os custos operacionais e despesas administrativas, representaram 45,5% da receita líquida, um acréscimo de 6,1 pontos percentuais quando comparados ao 1S10.

A tabela abaixo apresenta, em maiores detalhes, os custos operacionais e despesas administrativas da Ecovias:

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Pessoal	6.700	6.770	0,5%	13.879	13.844	1,0%
Conservação e manutenção	4.006	5.192	-22,8%	8.440	8.949	-5,7%
Serviços de terceiros	18.501	15.911	16,3%	36.523	31.873	14,6%
Poder concedente e seguros	9.578	5.766	66,1%	18.930	11.703	61,8%
Depreciação e amortização	15.404	14.058	9,6%	30.530	27.980	9,1%
Provisão manutenção ICPC 01	13.077	4.028	224,6%	19.923	8.014	148,6%
Custo de construção de obras ICPC 01	15.549	9.158	69,8%	25.504	13.134	94,2%
Outros	3.473	4.097	-15,2%	8.014	8.555	-6,3%
TOTAL	86.288	64.981	33,0%	161.743	124.052	30,5%

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA (Receita Líquida - Custos e Despesas + Depreciação & Amortização) apresentou um crescimento 2,6% no 1S11 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 224.598 mil. A margem EBITDA foi inferior em 6,4 pontos percentuais na comparação com o 1S10, atingindo 63,1% no 1S11.

Resultado Financeiro

O efeito financeiro líquido no 1S11 foi negativo em R\$ 34.310 mil, em comparação ao resultado negativo de R\$ 53.703 mil no 1S10, representando uma queda de 36,1%. Conforme demonstrado na tabela abaixo, a principal variação ocorrida foi relativa à variação monetária, posto que 70% das debêntures da companhia são vinculadas à variação do índice IGP-M.

A tabela a seguir apresenta o resultado financeiro em maiores detalhes:

Resultado Financeiro						
(em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Varição Monetária, líquida	(2.916)	(13.580)	-78,5%	(14.437)	(26.832)	-46,2%
Juros sobre arrendamento mercantil e debêntures	(10.062)	(11.790)	-14,7%	(21.153)	(23.986)	-11,8%
Outros efeitos financeiros	1.030	(1.213)	-184,9%	93	(2.021)	-104,6%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(1.478)	(1.885)	-57,7%	(2.957)	(3.770)	-39,6%
Receitas Financeiras e outras	1.796	1.519	18,2%	4.144	2.906	42,6%
TOTAL	(11.630)	(26.949)	-59,4%	(34.310)	(53.703)	-36,1%

Comentário do Desempenho

Lucro Líquido

O lucro líquido do 1S11 totalizou R\$ 109.124 mil que representa um acréscimo de 16,9% em relação aos R\$ 93.339 mil apresentados no mesmo período do ano anterior.

Em relação à receita líquida, o lucro líquido apresentou no 1S11 margem de 30,7%, um aumento de 3,4 pontos percentuais comparando com o 1S10.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2011, a dívida total da Ecovias dos Imigrantes somava R\$ 394.153 mil, uma queda de 18,4% sobre os R\$ 483.275 mil apresentados em 30 de junho de 2010, sendo que em relação à dívida líquida, registrou-se uma queda de 16,2% quando comparado com 2010. A redução da dívida total é decorrente da amortização de parcelas e juros das dívidas.

Endividamento (em milhares de R\$)	30/06/2011	30/06/2010	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures (*)	392.636	481.594	-18,5%	IGP-M + 9,50% / 104,00% CDI	novembro/14
Arrendamento Mercantil	1.518	1.681	-9,7%	1,20% a.a. / 1,45% a.m.	junho - 2013
Dívida Total	394.154	483.275	-18,4%		
Caixa e equivalentes de caixa	32.340	66.654	-51,5%		
Aplicação financeira vinculada (**)	30.661	21.316	43,8%		
Dívida Líquida	331.153	395.305	-16,2%		

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias dos Imigrantes no 1S11 totalizaram R\$ 29.148 mil, 95,8% superior aos realizados no mesmo período do ano anterior que totalizaram R\$ 14.890 mil.

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Disclaimer

Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., mediante processo de aumento de capital na EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., transferiu o seu investimento da Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas

2.1. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As informações trimestrais são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.3. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas Explicativas

b) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Aplicações financeiras mantidos para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

2.5. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.6. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

2.7. Passivos financeiros

Instrumentos financeiros passivos não derivativos:

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.8. Debêntures

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 14).

2.9. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacional.

2.10. Tributação

Impostos correntes

A provisão para imposto de a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de a renda é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias

Notas Explicativas

dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas Explicativas

Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Notas Explicativas

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.16. Informação contábil do valor adicionado (“DVA”)

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

2.17. Normas e interpretações novas e revisadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CFC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2011. A Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras, exceto pelos pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12, vigentes para períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2013, para os quais espera-se que os investimentos em controladas em conjunto da Companhia passem a ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas, não havendo efeitos no patrimônio líquido e lucro do período.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “ <i>Joint Ventures</i> ”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações contábeis intermediárias.

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo ao invés de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 30.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Notas Explicativas

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma empresa do Grupo EcoRovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e a provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide notas explicativas nº 16 e nº 17.
- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Para permitir uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras, foram feitas reclassificações nos saldos da demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, e demonstração do valor adicionado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	7.053	7.518
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	<u>25.287</u>	<u>19.631</u>
	<u>32.340</u>	<u>27.149</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,1% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

Notas Explicativas

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB	<u>30.661</u>	<u>29.800</u>

São formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 100,3% e 101,5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico	24.794	31.164
Cupons de pedágio	10.383	3.328
Outras contas - receitas acessórias	<u>2.508</u>	<u>2.103</u>
	<u>37.685</u>	<u>36.595</u>

Em 30 de junho de 2011, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>37.662</u>	<u>36.588</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	9	2
De 31 a 60 dias	<u>14</u>	<u>5</u>
	<u>37.685</u>	<u>36.595</u>

Notas Explicativas

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$3.454 (R\$1.639 em 31 de dezembro de 2010) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, alugueis e Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

30/06/2011

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.041
Adições	880
Baixas	(184)
Atualização monetária	<u>153</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>3.890</u>

9. IMOBILIZADO

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>14.628</u>	<u>4.097</u>	<u>2.389</u>	<u>5.590</u>	<u>3.646</u>	<u>30.350</u>
Adições	91	761	33	28	200	1.113
Baixas	-	-	-	-	(474)	(474)
Depreciações	<u>(1.013)</u>	<u>(237)</u>	<u>(84)</u>	<u>(49)</u>	<u>(168)</u>	<u>(1.551)</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>13.706</u>	<u>4.621</u>	<u>2.338</u>	<u>5.569</u>	<u>3.204</u>	<u>29.438</u>
Adições	1.724	499	51	-	99	2.373
Depreciações	<u>(1.082)</u>	<u>(267)</u>	<u>(83)</u>	<u>(49)</u>	<u>(172)</u>	<u>(1.653)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>14.348</u>	<u>4.853</u>	<u>2.306</u>	<u>5.520</u>	<u>3.131</u>	<u>30.158</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	<u>21,4</u>	<u>10,1</u>	<u>10,0</u>	<u>-</u>	<u>17,6</u>	<u>-</u>

Em 30 de junho de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, o prazo de depreciação da obra principal foi revisado com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o período de vida útil estimado dos bens.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2011, foram capitalizados R\$145 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$121 em 31 de dezembro de 2010).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

10. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão	Intangível em andamento	Software de terceiros	Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>954.703</u>	<u>440</u>	<u>687</u>	<u>955.830</u>
Adições	9.350	601	73	10.024
Amortizações	<u>(13.513)</u>	<u>-</u>	<u>(61)</u>	<u>(13.574)</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>950.540</u>	<u>1.041</u>	<u>699</u>	<u>952.280</u>
Adições	15.439	196	-	15.635
Transferências	77	(77)	-	-
Amortizações	<u>(13.699)</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>	<u>(13.752)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>952.357</u>	<u>1.160</u>	<u>646</u>	<u>954.163</u>
Taxas anuais de amortização - %	<u>(*)</u>	<u>-</u>	<u>5,0</u>	<u>-</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos eventos.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.340	5.715
Provisão para manutenção/obras futuras	3.829	6.921
Juros capitalizados	(1.149)	(1.652)
Outros	<u>(2.354)</u>	<u>(3.375)</u>
	<u>5.666</u>	<u>7.609</u>
Ativo diferido	9.605	12.096
Passivo diferido	<u>(3.939)</u>	<u>(4.487)</u>
	<u>5.666</u>	<u>7.609</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(35.761)	(28.172)
Imposto de renda diferido	<u>(1.429)</u>	<u>(5.598)</u>
	<u>(37.190)</u>	<u>(33.770)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(12.929)	(10.191)
Contribuição social diferida	<u>(515)</u>	<u>162</u>
	<u>(13.444)</u>	<u>(10.029)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	159.757	137.138
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(54.317)	(46.627)
Juros sobre o capital próprio	3.604	2.935
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>79</u>	<u>(107)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(50.634)</u>	<u>(43.799)</u>

Notas Explicativas

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.047	3.679
Cofins	1.629	1.985
PIS	353	430
Outros impostos	<u>1.118</u>	<u>1.116</u>
	<u>6.147</u>	<u>7.210</u>

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	887	842
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>622</u>	<u>1.060</u>
	1.509	1.902
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>9</u>	<u>13</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.518</u>	<u>1.915</u>
Circulante	<u>896</u>	<u>855</u>
Não circulante	<u>622</u>	<u>1.060</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Imobilizado" e apresenta R\$1.518 em 30 de junho de 2011 (R\$1.915 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	382.102	431.033
Remuneração (juros)	13.970	14.486
Custos com emissão de debêntures	<u>(3.435)</u>	<u>(4.023)</u>
	<u>392.637</u>	<u>441.496</u>
Circulante	<u>118.191</u>	<u>119.285</u>
Não circulante	<u>274.446</u>	<u>322.211</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No período findo em 30 de junho de 2011, a Companhia efetuou pagamento de R\$80.923, sendo R\$21.642 referentes a juros da primeira e segunda séries das debêntures, R\$48.375 referentes ao valor principal da primeira e segunda séries das debêntures, e R\$10.906 referente a variação da segunda série das debêntures.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

Descrição

Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ 8,10 3ª série - R\$10,80
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado

Notas ExplicativasDescrição

Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	60.545	(588)	59.957	119.603	(1.074)	118.529
2013	124.955	(1.145)	123.810	119.603	(1.074)	118.529
2014	<u>91.205</u>	<u>(526)</u>	<u>90.679</u>	<u>85.852</u>	<u>(699)</u>	<u>85.153</u>
	<u>276.705</u>	<u>(2.259)</u>	<u>274.446</u>	<u>325.058</u>	<u>(2.847)</u>	<u>322.211</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(913)	134.087	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(1.201)	156.299	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª Série	01/11/2006	<u>157.500</u>	<u>(1.320)</u>	<u>156.180</u>	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
		<u>450.000</u>	<u>(3.434)</u>	<u>446.566</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

15. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

Balanco patrimonial

<u>Companhia</u>	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	Créditos diversos	Créditos diversos	Imobilizado	Contas a pagar	Outras
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	-	-	15.753	1.602	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	-	36	-	4.434	47
Elog S.A	-	-	-	-	76
Ecopátio Cubatão Logística Ltda	-	-	-	-	3
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul	-	<u>44</u>	-	-	-
Total em 30 de junho de 2011	-	<u>80</u>	<u>15.753</u>	<u>6.036</u>	<u>126</u>
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>260</u>	<u>7</u>	<u>16.600</u>	<u>3.983</u>	-

Notas Explicativas

Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Receita de serviços prestados</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	<u>113</u>	<u>9.602</u>	<u>4.993</u>
Total em 30 de junho de 2011	<u>113</u>	<u>9.602</u>	<u>4.993</u>
Total em 30 de junho de 2010	<u>-</u>	<u>17.250</u>	<u>8.970</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$70.456 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$58.381.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 30 de junho de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em R\$838.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	250	573
Participação nos resultados	<u>220</u>	<u>373</u>
	<u>470</u>	<u>946</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,62% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada quatro anos.

Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	75.185	69.456
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(14.782)</u>	<u>(13.636)</u>
	<u>60.403</u>	<u>55.820</u>
Circulante	<u>17.285</u>	<u>12.418</u>
Não circulante	<u>43.118</u>	<u>43.402</u>

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano.

Em 30 de junho de 2011 o saldo é de R\$5.897 (R\$5.626 em 31 de dezembro de 2010 e está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	7.909
Ajuste a valor presente	<u>(2.012)</u>	<u>(2.283)</u>
	<u>5.897</u>	<u>5.626</u>
Circulante	<u>3.875</u>	<u>3.697</u>
Não circulante	<u>2.022</u>	<u>1.929</u>

Notas Explicativas

18. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas fixas	71.373	72.049
Parcelas variáveis	<u>511</u>	<u>1.986</u>
	<u>71.884</u>	<u>74.035</u>
Circulante	<u>13.919</u>	<u>14.603</u>
Não circulante	<u>57.965</u>	<u>59.432</u>

O contrato de concessão rodoviária, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de junho de 2011, restam 82 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 65,09% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de junho de 2011 o desconto no valor de R\$2.808, somado à atualização monetária do direito de outorga, no valor de R\$2.793, e totalizou o valor líquido de R\$5.601 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

A Companhia mantém em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia, como co-segurados, e possui prazo mínimo de vigência o período de 12 meses.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, contratará e manterá em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	12.245	11.553
2013	11.182	10.842
2014	10.212	9.901
2015	9.326	8.258
Posteriores a 2016	<u>15.000</u>	<u>18.878</u>
	<u>57.965</u>	<u>59.432</u>

19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis (a)	11.754	11.682
Tributários (b)	1.264	526
Trabalhistas (c)	<u>5.226</u>	<u>4.602</u>
Não circulante	<u>18.244</u>	<u>16.810</u>

A Movimentação entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2011.

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/06/2011</u>
Cível (a)	11.682	112	(170)	130	11.754
Tributária (b)	526	723	-	15	1.264
Trabalhista (c)	<u>4.602</u>	<u>1.005</u>	<u>(623)</u>	<u>242</u>	<u>5.226</u>
	<u>16.810</u>	<u>1.840</u>	<u>(793)</u>	<u>387</u>	<u>18.244</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2011, R\$4.730 (R\$2.681 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

(b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.461 (R\$12.461 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A principal demanda refere-se a processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo – SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, tendo sido o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$7.551 (R\$8.043 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros – legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

Notas Explicativas

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período, no valor de R\$10.598 (R\$1.590 de IRRF) em 30 de junho de 2011 e no valor de R\$ R\$8.632 (R\$1.295 de IRRF) em 30 de junho de 2010, os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$50.000 no período findo em 30 de junho de 2011, relativos a 2010.

21. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano)

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no período findo em 30 de junho de 2010, o valor de R\$8.227 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 30 de junho de 2011, o valor total compensado foi de R\$220.423 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas**22. RECEITA LÍQUIDA**

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	136.581	133.793
Pedágio por equipamento eletrônico	164.660	137.066
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>24.596</u>	<u>26.158</u>
	325.837	297.017
Receitas com construção	25.504	13.134
Receitas acessórias (*)	<u>16.766</u>	<u>15.487</u>
	42.270	28.621
Receita bruta	<u>368.107</u>	<u>325.638</u>
Deduções de receita	<u>(12.295)</u>	<u>(10.733)</u>
Receita líquida	<u>355.812</u>	<u>314.905</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Pessoal	13.879	13.844
Conservação e manutenção	8.440	8.949
Serviços de terceiros (*)	36.523	31.873
Seguros	1.985	2.328
Poder Concedente	16.945	9.375
Provisão para manutenção	19.923	8.014
Custos com construção	25.504	13.134
Depreciação e amortização	30.530	28.017
Locações	1.194	-
Outros custos e despesas	<u>6.821</u>	<u>8.518</u>
	<u>161.744</u>	<u>124.052</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	139.488	102.582
Despesas gerais e administrativas	<u>22.256</u>	<u>21.470</u>
	<u>161.744</u>	<u>124.052</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.144	2.906
Variação monetária sobre financiamentos	1.974	-
Outras	<u>1</u>	<u>116</u>
	<u>6.119</u>	<u>3.022</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(21.152)	(23.862)
Juros sobre financiamentos	(1)	(124)
Variação monetária sobre debêntures	(10.810)	(19.999)
Variação monetária sobre direito de outorga	(5.601)	(6.833)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(588)	(777)
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção – ICPC 01	(2.277)	(3.770)
Outras	<u>-</u>	<u>(1.360)</u>
	<u>(40.429)</u>	<u>(56.725)</u>
Resultado financeiro	<u>(34.310)</u>	<u>(53.703)</u>

25. LUCRO POR AÇÃO

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro básico por ação das operações – R\$	<u>0,42</u>	<u>0,36</u>

b) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>109.123</u>	<u>93.339</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>

c) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

Notas Explicativas

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de junho de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$574 (R\$432 em 30 de junho de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. No entanto, em 30 de junho de 2011, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2011.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,1 a 101,5% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

Notas Explicativas

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2011 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	7.053	7.053
Clientes	37.685	37.685
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	55.948	55.948
Passivos:		
Fornecedores	11.019	11.019
Arrendamento mercantil	1.518	1.518
Debêntures	392.637	394.600
Credor pela concessão	71.884	92.133

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, arrendamento mercantil e debêntures de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia vem aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de "rating", não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Notas Explicativas

- e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia monitora constantemente mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar as atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IGP-M e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	18.212	21.510	24.761
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures e empréstimos	Alta do IGP-M	79.429	89.141	98.832

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	12,15%	15,19%	18,23%
IGP-M (b)	(0,18%)	(0,23%)	(0,27%)

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de junho de 2011.

(b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de junho de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$74 (R\$61 em 30 de junho de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Maio/2011 a maio/2012	222.708
Responsabilidade civil	Maio/2011 a maio/2012	712.122
Riscos patrimoniais	Maio/2011 a maio/2012	3.212.541

30. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que à Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	25.504	13.134
Custos de construção	<u>(25.504)</u>	<u>(13.134)</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 30 de junho de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$468.590 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos pagos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 9 e nº 10.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. foi aprovada pelo Conselho de Administração em 8 de agosto de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o semestre e trimestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA") referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Ismar de Moura
Auditores Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 SP 179631/O-2